

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

VARIA EPIGRAPHICA.

ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira

Ano: 1966 | Número: 76

Como citar este documento:

ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira, Varia epigraphica.
Revista de Guimarães, 76 (3-4) Jul.-Dez. 1966, p. 339-358.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Varia Epigraphica

(Continuado de p. 39 do vol. LXXVI)

Por JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
e
FERNANDO BANDEIRA FERREIRA.

XIII — UMA ARA DO MUSEU REGIONAL DE LAGOS (1)

1. Em visita recentemente feita ao Museu Regional de Lagos, um de nós (E. P. V.) encontrou uma pequena ara que fotografou (fots. 1 e 2) e desenhou (fig. 1) (2).

Segundo um funcionário do mesmo museu, ela teria sido descoberta em 1958, ao construir-se a Avenida Marginal da cidade, nas areias da foz da ribeira de Bensafirim (3), próximo do antigo mercado do peixe, hoje demolido.

2. Porque a supomos inédita, vamos dedicar-lhe algumas linhas. Como se pode verificar pela fot. 1, trata-se de um monumento pouco esmerado, semelhante a muitos outros do País. Na posição habitual, apresenta a inscrição seguinte:

DIS·MAN
LVPA·AN
II·M·X·D·XV (4)

(1) De colaboração com Eduardo Prescott Vicente.

(2) Dimensões máximas: 0,54 m de altura, 0,23 de largura e 0,22 de espessura.

(3) Que a ara esteve em contacto com água salgada não oferece dúvida, pois, consoante se vê nas fotografias, ela ainda conserva aderentes numerosos restos de sérpulas.

(4) Para facilitar a composição tipográfica, substituímos todos os sinais de separação por pontos. Esclarecemos, porém, que, na primeira linha, *Dis* é separado de *Man*, pelo que supomos uma *bedera distinguens* muito estilizada e que, nas outras linhas, se exararam triângulos de distinção.

ou seja:

«Dis Man(*ibus*). Lupa an(*orum*) II, m(*ensium*) X, d(*ierum*) XV».

3. Neste lacónico texto, apenas há a notar a abreviatura pouco frequente MAN. e o nome *Lupa* que, por motivos óbvios, era pouco usado ⁽⁵⁾.

Caracteres pouco cuidados, com a altura média de 0,015 m.

4. Pelo tipo de letra, atribuímos a ara ao séc. III d. C.

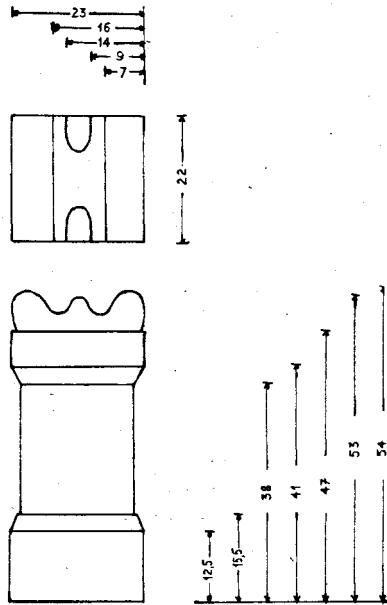


Fig. 1

(5) *CIL*, II, 466 (Mérida: *Iulia Lupa*), 1007 (Jerez de los Caballeros: *Iulia Lupa*) e talvez 4150 (Tarragona: *Val[eria] Lup[a]*); III, 14735 (*Ael[ia] Lupa*); V, 5367 (*Romania Lupa*) e 7737 (*Manilia Lupa*). *Lupula* é, porém, relativamente frequente. Cf. o nome *Petronia Hetaera* (< *Ἐταῖρα*) de uma inscrição de Volaterras (*CIL*, XI, 1787).

XIV — O MONUMENTO FUNERÁRIO DA QUINTA DA MACHEIA (TORRES VEDRAS)

1. Em estudo publicado no quinzenário *Badaladas*, de Torres Vedras, em 15 de Setembro de 1959, tratou o Dr. Ricardo Belo de um monumento funerário descoberto «por ocasião de trabalhos de surribo para plantação de vinha na Quinta da Macheia [*sic*], a cerca de 100 metros ao norte da residência principal.» (6).

No artigo em referência, este falecido arqueólogo e epigrafista, cômico da importância e também das dificuldades do texto exarado no monumento, propõe uma leitura e respectiva tradução, faz um rápido comentário de carácter filológico e informa que nos solicitou o seu estudo.

Circunstâncias várias só agora nos permitiram ocuparmo-nos do epitáfio da Macheia, que, entretanto, foi transferido do local do encontro para o claustro da igreja de Nossa Senhora da Graça, de Torres Vedras, onde estão depositados todos aqueles monumentos do museu local, que, pelo seu peso e volume, não podem ser guardados na sede.

Foi, pois, nesse claustro que, em 5 de Março de 1966, analisámos o monumento e o fotografámos com luz frontal e com luz rasante.

2. Como esperávamos, a leitura proposta, *loc. cit.*, pelo Dr. A. Ricardo Belo, é satisfatória. Apenas lhe escaparam o F entrelinhado entre o segundo A de MAXSVMA e o G de GAL (fots. 4 e 5), um ou outro triângulo de separação e talvez a identificação de uma letra (7).

(6) Julgamos pertinente recordar que a quinta da Macheia se encontra muito próximo de Matacães, Ordasqueira, Quinta do Juncal, Portucheira, Runa, Louriceira e doutros locais onde têm sido recolhidos materiais lusitano-romanos.

(7) Referimo-nos à inicial do nome da tribo que, na cópia inserta no artigo citado, vem como C e na respectiva leitura como G.

Eis a nossa lição:

LICINIA·P·F·MAXS
 VMA·M·ANTISTI
 F
 VS·GAL·FACVND
 VS·H·S·S
 CORNELIA·T·F·BOVTI [sic]
 QVIVS·POSITA·EST
 [I]N PRIMA·PARTE·IMA
 GO·VIVA·SE·F·C (8)

3. No que se refere à interpretação, parece-nos não haver grande dúvida de que:

1.º: Na terceira regra, o já mencionado F entrelinhado significa que M. ANTISTIVS FACVNDVS era filho de um *Gaius*. Muito provavelmente, o lapicida, ao copiar o texto que lhe fora entregue, porque a indicação da filiação e o nome da tribo se iniciavam pela mesma letra — G —, gravou o segundo G, esquecendo-se do primeiro e também do F que se lhe seguia. Para rectificar o lapso sem inutilizar a pedra, recorreu ao artifício de exarar o F na entrelinha, passando assim o G de GAL a valer duas vezes, isto é, como sigla de *Gaius*, ou melhor de *Gaii*, e como inicial do nome da tribo (9). A terceira linha será então: «VS· [G·] F [·] GAL· FACVND».

2.º: QVIVS se refere a CORNELIA BOVTIA;

3.º: VIVA, ablativo, se relaciona com SE — pronome e não siglas de «sua expensa», como interpretou Ricardo Belo —, estando, portanto, no monólito da Macheia uma das correntes expressões «se uiuo fecit», «se uiuo faciendum curauit», etc., substituída pela forma, mais rara mas não inédita (10), «uiuo se faciendum curauit».

(8) Para facilitar a composição tipográfica, representamos os triângulos por pontos.

(9) Eis uns exemplos, colhidos ao acaso, de entrelinhamento de letras em textos lapidares romanos: *CIL*, I, 1298; II, 439 e 5447.

(10) Cf. *CIL*, II, 5450 e, se é válida a lição de Hübner, o texto n.º 5330.

4. Finalmente, duas rápidas observações:

A forma MAXSUMA é frequente nos textos lapidares do distrito de Lisboa.

Como o Dr. Ricardo Belo, só pudemos ler BOVTI, embora não pareça oferecer dúvidas de que o cognome da terceira personagem do texto era BOVTIA.

Em conclusão, se fosse necessário traduzir o texto, diríamos:

«Licínia Máxima, filha de Públio, [e] Marco Antístio Facundo, filho [de Gaió], da tribo Galéria, estão aqui sepultados. Cornélia Búcia, filha de Tito, cujo retrato está na parte de cima, mandou fazer, em sua vida, [este monumento].»

XV — A ESTELA FUNERÁRIA DE VILA MAIOR (TORRE DE MONCORVO)

1. O Sr. Dr. Adriano Vasco Rodrigues, ao partir recentemente para Luanda, onde acabava de ser colocado como professor do ensino secundário, teve a gentileza de procurar um de nós (J. A.) e de lhe dar conhecimento de que existia na região de Torre de Moncorvo um importante conjunto de lápides lusitano-romanas ainda inéditas, convidando-nos a efectuar o seu estudo. Disse também que, se aceitássemos o convite, pediria ao Sr. Dr. H. Brillhante Simões, residente em Torre de Moncorvo e que com ele descobrira esses monumentos, que nos fornecesse a respeito dos mesmos todos os elementos de que necessitássemos.

Acedemos gostosamente e, poucas semanas depois da visita do Sr. Dr. Adriano Rodrigues, começámos a receber pelo correio fotografias e desenhos da autoria do Sr. Dr. Brillhante Simões, acompanhados de notas e de um mapa com indicações importantes acerca das lápides.

É com a maior satisfação que aqui registamos — e salientamos — o inextinguível esmero com que este Senhor tem preparado a documentação que nos vem facultando. Para ele e para o Sr. Dr. Adriano Rodrigues os nossos agradecimentos e a expressão das nossas homenagens.

2. O primeiro monumento de que nos foi dado conhecimento é uma estela de granito descoberta em

Julho de 1965 na quinta de Vila Maior, a sudoeste da extremidade meridional do Vale da Vilariga, e que está hoje depositada no Posto de Turismo de Torre de Moncorvo a aguardar a instalação do futuro Museu Municipal dessa vila (11).

Considerado no seu todo, este monumento integra-se perfeitamente no conjunto das estelas funerárias com suásticas flamejantes insculpidos da região trasmontana (12) e de outras limítrofes (v. fot. 6 e fig. 2).

3. Quanto ao texto exarado, apenas deparamos com uma dificuldade: o final da última linha. Se, como pensamos, foram aí representados um S e um R, teremos talvez o vocábulo *socer* em nominativo (S[*oce*]R).

Eis a lição que propomos:

«Saturninus, Arreni f(*ilius*), an(*orum*) XXV,
h(*ic*) s(*itus*) e(*st*). S(*it*) t(*ibi*) t(*erra*) l(*euis*)!
Docius s(*oce*)r.»

No que se refere ao onomástico, *Saturninus* é nome corrente nos testos lapidares e *Arrenus* (ou *Arrenius*) e *Docius* não são inéditos. Este último figura na célebre tábula de bronze de Astúrica Augusta (*CIL*, II, 2633) e num epitáfio de Truxilho (*CIL*, II, 628); o segundo, nas inscrições do *CIL*, II, 439 (Idanha-a-Velha), 2706 (Astúrias) e 5675 (*Legio VII Gemina*) ou sob a forma em que aparece no monumento que estudamos ou sob a de *Arenus*. Os respectivos femininos são mesmo documentáveis na região trasmontana. Assim, *Arrena* abona-se por uma inscrição de Meixedo (Bragança) (13) e *Docia* por uma estela, também com suástica flamejante, encontrada em Donai (14).

4. Igualmente pela sua localização geográfica o monumento de Vila Maior se integra num conjunto.

(11) Dimensões máximas do monumento: altura 1,36 m; largura 0,48. Diâmetro horizontal do suástica: 0,30. Dimensões do rectângulo em que está exarada a inscrição: 0,375 × 0,400. Altura média dos caracteres: 0,05.

(12) Basta percorrer as páginas das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, do Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves, especialmente o volume IX, para se verificar o que acabamos de escrever.

(13) Francisco Manuel Alves, *ob. cit.*, IX (Porto, 1934), p. 62.

(14) Francisco M. Alves, *ob. cit.*, IX, p. 56.

Com efeito, ele provém de uma região em que existem ou existiam numerosas antas, muitos castros e a que não faltam relíquias — incluindo inscrições — da época lusitano-romana.

Acerca de Vila Maior, escreveu o Abade de Baçal: «No seu termo há restos de muros e sepulturas abertas na rocha» (15). Estes «restos de muros» devem ser o castro que Santos Júnior, in *As Ruínas Castrejas da Cigadonha (Carviçais)* (16), localiza em Vila Maior (17).

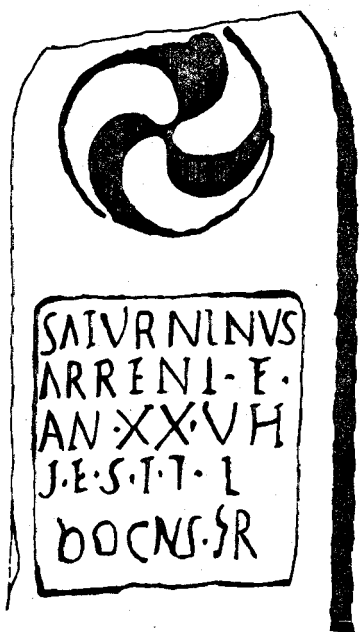


Fig. 2

Não deixa de ser tentador relacionar a estela que estudamos com os indivíduos que, em tempos remotos, habitaram esse povoado.

5. Atribuimos o monumento ao séc. II d. C.

(15) *Ob. cit.*, IX, p. 694.

(16) Porto, 1929, p. 8 (nota 1).

(17) Elementos extraídos da folha n.º 11-C da *Carta Arqueológica de Portugal* em elaboração por um de nós.

XVI—UM FRAGMENTO DE ESTELA DE VILA MAIOR (MONCORVO)

1. Fragmento existente na beira de um tanque na quinta de Vila Maior, no Vale da Vilarça, com um suástica flamejante na parte superior (fot. 7⁽¹⁸⁾ e fig. 3)⁽¹⁹⁾. Por baixo deste, observa-se uma gravura que, a crer na fotografia de que dispomos, é talvez formada por um crescente ligado a dois sinais angulares⁽²⁰⁾, tão frequentes em monumentos deste tipo.

2. Sob a mencionada gravura, estão os restos de uma inscrição que hoje, devido à fractura, se compõe apenas da primeira linha e da parte superior da segunda.

Aquela inicia-se por um A sem travessão, a que se seguem traços, que adiante tentaremos interpretar, e um S.

Dois hipóteses se podem propor acerca do seu conteúdo: se o segundo traço vertical é mero resultado de uma pancada, a palavra exarada será *Aius*, antropónimo que ocorre na Península, sobretudo na forma feminina⁽²¹⁾; se o traço em referência é intencional, então teríamos *Ainus*⁽²²⁾. Neste caso, N seria o nexu NV⁽²³⁾.

(18) Enviada pelo Sr. Dr. H. Brillhante Simões, a quem uma vez mais expressamos os nossos agradecimentos.

(19) Altura máxima do fragmento: 0,68 m; largura no bordo inferior: 0,48.

(20) Em francês «équerres». Sobre o seu significado, v., por exemplo, Franz Cumont, *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*. Paris, 1942, pp. 232 e ss. Comparar também o fragmento em estudo com a estela representada na fig. 57 da p. 237 da mesma obra.

(21) *CIL*, II, 818, 2786 (*Chunia*: AIVS ANTONIVS), 5798 e 6298.

É curioso notar que, na Hispânia, *Aius* ocorre como *praenomen* e *Aia* como gentílico e também como cognome. Noutras regiões do Império, *Aius* aparece como *nomen* (cf. *CIL*, III, 6755; V, 1061). Sobre o deus *Aius Locutius* (ou *Loquens*), v. Pauly-Wissowa, *Real-Enc.*, I (Stuttgart, 1893), col. 1130, s. n.

(22) Que saibamos, ainda não registado em textos lapidares, pelo menos na Hispânia. No entanto, o antropónimo é indirectamente abonado pelo cognome feminino *Aina* que se documenta por um texto de Tarento (*CIL*, IX, 6163: COMITIA AINA). O gentílico *Ainius*, talvez com ele relacionado, figura na inscrição n.º 6080-34 do mesmo volume do *CIL*.

(23) É conveniente salientar que, em Trás-os-Montes e regiões limítrofes, nem sempre os nexos se distinguem de uma das letras que os compõem. É deste facto exemplo eloquente o nexu *AN* (=AN) que aparece sob a forma exacta de um N na inscrição da Quintela de Lapaças (Bragança), estudada por Francisco M. Alves, *ob. cit.*, IX, pp. 74-75.

Na segunda linha deve estar a filiação do defunto. Se a última letra é um S, a hipótese de um nome terminado em *-ilis*, que não sabemos qual seja, tornar-se-ia plausível; se é um F, teríamos talvez APILI F(*ilius*) (24).

3. Caracteres pouco cuidados, como é corrente nestes monumentos. Data provável: princípios do séc. II d. C.

4. É muito possível que, como a estela de *Satur-*

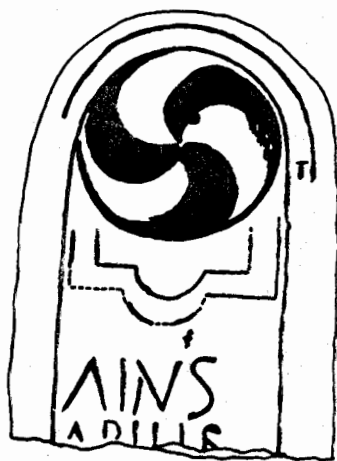


Fig. 3

ninus Arreni f(ilius), o fragmento que acabamos de estudar esteja relacionado com o castro de Vila Maior.

XVII — A ESTELA DA TARRINCHA (MONCORVO)

1. Fragmento de estela de granito (25), com suás-

(24) Sobre *Apilus*, v. *CIL*, II, 5561.

(25) Dimensões do fragmento: altura 0,79 m, largura na parte inferior 0,39. Diâmetro vertical do suástica 0,25.

tica flamejante ⁽²⁶⁾, descoberto em Junho de 1964 no Vale da Vilarça, perto da quinta da Tarrincha ⁽²⁷⁾, onde hoje se encontra (fot. 8 e fig. 4) ⁽²⁸⁾.

2. A julgar pela fotografia que nos foi enviada, o texto da Tarrincha, em nosso entender, apenas apresenta uma dificuldade: a leitura da primeira linha.

Das hipóteses que a seu respeito se podem propor ⁽²⁹⁾, consideramos mais consistente, embora não plenamente satisfatória, a seguinte: os K K com que a linha se inicia e encerra seriam meros ornamentos destinados a reduzir os espaços vazios laterais e, portanto, a equilibrá-la com as outras mais ou menos carregadas ⁽³⁰⁾.

Teríamos, então, na linha apenas TVRI, a respeito do qual, por sua vez, várias hipóteses de certa validade se podem aventurar:

⁽²⁶⁾ A julgar pela fotografia, o suástica está ladeado por duas folhas de hera pendentes de longos pedúnculos.

Sobre a folha de hera como símbolo da eternidade, v., por exemplo, Franz Cumont, *ob. cit.*, pp. 220, 236, etc.

No aspecto iconográfico, compare-se esta estela com uma existente no Museu de Leão (Espanha) e reproduzida por F. Cumont, *ob. cit.*, fig. 57 (p. 237) e p. 238, nota 1. A respectiva inscrição foi publicada no vol. II do *CIL* sob o n.º 5700.

⁽²⁷⁾ A quinta da Tarrincha — ou de Terrincha — não é desconhecida dos arqueólogos: segundo Francisco Manuel Alves, existiram, «no sítio dos Talhos, termo [dessa]... quinta», duas cavernas (cf. *ob. cit.*, IX p. 679). Fica-lhe próximo o castro da Senhora do Castelo, com o qual a estela poderá estar relacionada. [Elementos extraídos da *Carta Arqueológica de Portugal*, em elaboração por um de nós].

⁽²⁸⁾ Fotografia e desenho do Exm.º Sr. Dr. H. Brillhante Simões, a quem renovamos os nossos agradecimentos.

⁽²⁹⁾ Entre elas as seguintes: a) K(a)TVRIK(a) (=Caturica). Porém, não conhecemos outros casos de substituição de CA por K; b) K(æsoni) TVRI K(æsonis). O segundo K seria, portanto, a sigla do prenome de *Tongatus*. No entanto, *Kæso* ou *Cæso* é pouco frequente; c) K(aio) TVRI K(aii). Aqui também o segundo K seria a sigla do *prænomen* do pai. Contudo, este modo de abreviar *Caius* também é raro.

⁽³⁰⁾ Ao mesmo tempo realçariam o nome do morto.

a) Genitivo do antropónimo céltico *Turus*, talvez ainda não abonado por textos epigráficos peninsulares ⁽³¹⁾, mas que figura em inscrições doutras regiões do Império Romano ⁽³²⁾. No entanto, esta hipótese luta com uma dificuldade: o nome do morto, em epítáfios deste tipo, figura normalmente ou em dativo ou em nominativo ⁽³³⁾.

b) Genitivo do gentilício romano *Turius*, já abonado por alguns textos hispânicos ⁽³⁴⁾. Dificuldade: a mesma que indicámos em relação à hipótese anterior.

c) Vocativo de *Turius*. Nesta hipótese, o texto em estudo assemelhar-se-ia ao mencionado n.º 1890 do vol. II do *CIL* que diz: «*C. Turi. Crbeste* [sic] | *sit tibi terra | leuis*» ⁽³⁵⁾. Dificuldade: a mesma que levantámos às duas hipóteses anteriores. Convém, no entanto, acrescentar que esta hipótese é — mas só até certo ponto ⁽³⁶⁾ — apoiada

⁽³¹⁾ A nossa dúvida resulta, sobretudo, de um texto de Idanha-a-Velha se referir a uma *Cilea Turi* (*filia*) (cf. S. Lambrino, *O Arq. Port.*, Nova Série, III [1956 mas só publicado em fins de 1965], pp. 61-62). *Turi*, neste caso, tanto pode ser o genitivo de *Turus* como a forma reduzida do do gentilício romano *Turius*. O prof. Lambrino opta pela segunda hipótese mas sem aduzir razões.

Prováveis derivados de *Turus* constam de algumas inscrições da Península (*CIL*, II, 744, 745, 788, 2633 e 5638; Holder, *Alt.-Celt. Sprachschatz*, n.º 16 (Leipzig, 1904), col. 1993 (*s. u. Tur-aius*) e 1996 (*s. u. Tur-eus*); *O Arch. Port.*, VIII, p. 254; Francisco M. Alves, *ob. cit.*, IX, pp. 48-49; S. Lambrino, *loc. cit.*, pp. 42-43; etc.).

Saliente-se ainda que na Península houve um rei de nome *Turrus*/*Thurrus*, certamente forma paralela de *Turus* (Lívio, 40,49 [na ed. Teubner (Leipzig, 1894), V, p. 96]) e existiu uma cidade de nome *Turobriga*.

Sobre os vocábulos *Turos* = *Turus* = *Turrus*, v. Holder, *ob. cit.*, n.º 16, col. 2018, *s. u. Turos*. Sobre o rei *Turrus*, v. também Pauly-Wissowa, *ob. cit.*, XI (Stuttgart, 1936), col. 655, *s. u. Thurrus*. Sobre *Turobriga*, cf. Holder, *ob. cit.*, n.º 16, col. 2005, *s. u. Turo-briga*, e Pauly-Wissowa, *ob. cit.*, XIV, cols. 1414-15, *s. uu. Turo-briga* e *Turobrigenis*.

⁽³²⁾ *CIL*, V, 4881; VI, 32623.

⁽³³⁾ Cf. *CIL*, II, *passim*; Francisco M. Alves, *ob. cit.*, IX, pp. 31 e ss.

⁽³⁴⁾ *CIL*, II, 1890 e 1891. Sobre este *gentilicium*, v. Holder, *ob. cit.*, n.º 16, cols. 2000-01, *s. u. Tur-ius-Turia*, e Pauly-Wissowa, *obra cit.*, XIV, cols. 1387-90.

⁽³⁵⁾ *Crbeste* parece estar por *Chreste*, vocativo de *Chrestus*.

⁽³⁶⁾ Cf. L. de Vasconcelos, *Religiões*, III, p. 431, fig. 215, onde se apresenta o desenho de uma estela de Espanha, em que o nome do morto está em nominativo e figura, no entanto, a fórmula votiva e se omite o predicado da expressão indicativa de que o defunto está sepultado no local.

pela presença da fórmula «sit tibi terra leuis» e pela ausência de predicado na expressão indicativa de que o morto jazia no local (37).

d) Erro do lapicida que teria gravado *Turi* em vez de *Turo*.

e) Dativo de **Turis*, forma paralela de *Turus*. Recordemos a propósito a forma *Viriatis* que concorreu com *Viriatus*/*Viriathus* (38).

Eis, pois, a lição que, com dúvidas relativas à primeira linha, propomos:

TVRI
TONGATI
Γ·AN·LX
HIC·S·S·T·TL

ou seja: «Turi, Tongati f(*il...*), an(*norum*) LX, hic s(*epult...*), s(*it*) t(*ibi*) t(*erra*) l(*euus*)».

Uma palavra acerca do antropónimo, também céltico, *Tongatus* (39): embora raro, não é inédito na Hispânia, pois figura numa inscrição de Idanha-a-Velha, publicada por F. Tavares de Proença (40).

3. Caracteres pouco cuidados de 0,065 m de altura na primeira linha; 0,070, na segunda e na terceira; 0,075 na última (valores médios).

(37) Salientamos que, na quarta linha do texto que estudamos, haveria bastante espaço para exarar o E de *est*, desde que se abreviasse, como era costume, o advérbio.

(38) Sobre *Viriatis*, v. *CIL*, II, 5246 (Viseu: *Lobesa Viriatis* [*filia*]); os textos lapidares de Cárquere, estudados por E. Jalhay, *Brotéria*, LII, fasc. 1 (Janeiro de 1951), pp. 17-20 (da separata), que menciona a propósito as formas *Mercuris* (= *Mercurius*), *Caecilis* (= *Caecilius*) e *Clodis* (= *Clodius*); revista *Viriatis*, I (Viseu, 1957), n.º 1, pp. 55-57; etc. A forma *Caturis* (= *Caturus*) é abonada pelo n.º 2685 do vol. II do *CIL*.

Além das apresentadas, outras hipóteses poderíamos propor mas mais frágeis, como *Turi* ser o dativo de **Turis*, forma paralela de *Turris*, ou o dativo de *tus* (gr. *θύος*) usado como antropónimo.

(39) *Tongatus* parece derivar de *Tongius*. Sobre este antropónimo e seus derivados, v. Holder, *ob. cit.*, n.º 16, cols. 1885-87, e S. Lambrino, *loc. cit.*, pp. 22 e 53.

(40) Cf. *Inscrições de Idanha-a-Velha*, in *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguezas...*, I, n.º 3 (Leiria, Nov.-Dez. 1910), p. 97.

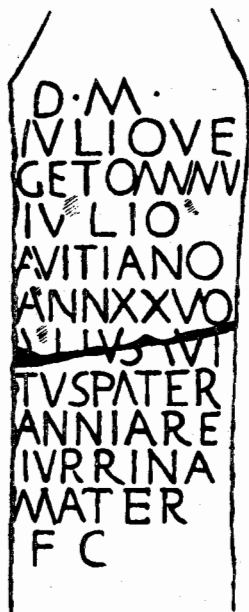


Fig 5

Apenas umas breves palavras de esclarecimento antes de apresentarmos a nossa lição: pela fotografia não pode haver dúvida de que existe, na 6.^a linha, ou um Q, levemente mutilado, ou um O⁽⁴²⁾ depois do V. Na lição, optaremos pela primeira hipótese por a considerarmos a mais plausível.

Na 10.^a linha, antes do V só distinguimos um traço vertical. Como não conhecemos os nomes *Reiurrina* ou *Returrina*, pensamos que esse traço seja o que resta de um B.

(42) Nesta hipótese, tratar-se-ia da sigla ou de um atributo relativo aos indivíduos a que o monumento foi dedicado — acaso *optimus*, subentendendo-se ou não *filius* (portanto, *O[ptimis filiis]*) — ou, menos provavelmente, do prenome *Olus*, forma evolucionada de *Aulus* (o nome completo do pai seria então *O. Iulius Auitus*).

Eis a lição que, com as necessárias reservas, propomos:

«D(iis) M(anibus) / Iulio Ve/geto ann(orum)
V/ Iulio / Auitiano / ann(orum) XXV Q(uin-
tus) / [Iul]ius [A]ui/tus pater / Annia Re/[b]ur-
rina / mater / f(aciendum) c(urauerunt)».

Se a nossa leitura é correcta, o texto dispensa quaisquer comentários quanto ao onomástico, pois todos os nomes que nele figuram são correntes na Península (43). Apenas salientaremos que a mulher mencionada é, apesar de cidadã romana, uma celta ou uma indígena celtizada.

3. Pela boa forma da maioria dos caracteres, não obstante as dificuldades de trabalho que o granito oferece, atribuímos o epitáfio ao século I d. C.

4. O monumento que acabamos de estudar deve provir da necrópole do povoado que existiu no local e a cujos restos se referem as *Memorias Parochiales de 1758* (44) e, recentemente, Adriano Vasco Rodrigues, que aí examinou um berrão e um touro de pedra (45). Qualquer outra hipótese acerca da sua proveniência nos parece menos aceitável, pois, pelo menos do lado português,

(43) Boa parte das inscrições com o cognome *Vegetus* provém de Cória e Salamanca (cf. *CIL*, II, 773, 782, 796 e 880).

(44) «...Esta Ermida [de *S.º André*] he de fabrica antiquissima...; e della dizem por tradição somente ser Igreja dos Templarios: junto a ella se descobrem muitos Licerces de cazas, e paredes arruinadas; e por isso dizem haver sido aly a cidade de Combadão, habitada de Mouros, e não consta o tempo, nem por quem fosse arruinada aquella cidade, se he que o foi.» (t. III, fol. 111, in *O Arch. Port.*, II, p. 185).

(45) Cf. *Rev. de Guimarães*, LXVIII (1958), pp. 394 e 396. Escreve este autor: «No local da capela, tem aparecido muitos vestígios cerâmicos, cossoiros e até umas arrecadas de ouro. A cerâmica pareceu-nos castreja. Falaram-me também de uns fragmentos de ardósia com caracteres gravados, mas que eram latinos. Não pudemos comprovar esta informação. O que não nos deixou dúbidas foi tratar-se de um castro o local onde está situada a capela. Notam-se ainda vestígios de amuramento.» (p. 394).

No vol. XX (1961), pp. 12-13, de *Beira Alta*, o mesmo arqueólogo refere-se ao povoado designando-o por «castro de Almofala».

num raio de 5 km a contar da ermida, apenas se conhecem, além da enigmática Torre das Águias ⁽⁴⁶⁾, «os vestígios de uma pequena fortaleza [*junto de Escarigo*], que é de supor, dada a sua situação e natureza, tivesse sido, na origem, um castro lusitano, que mais tarde os romanos houvessem aproveitado para defesa da travessia da ribeira de Toirões e guarda da estrada militar, que vinda de Ciudad-Rodrigo, passava por Barba-de-Porco [*ainda em Espanha*], ali [*em Escarigo*] cruzava aquela ribeira, e seguia depois para Castelo-Rodrigo.» ⁽⁴⁷⁾

XIX — A INSCRIÇÃO FUNERÁRIA DO MONTINHO (PEROGUARDÁ) ⁽⁴⁸⁾

1. A região de Peroguarda ⁽⁴⁹⁾ é já conhecida dos arqueólogos, pelo menos desde o fim do século XVIII.

De facto, na p. 113 do manuscrito de *Cenáculo, Sisenando martir e Beja sua patria*, datado de 1800, existente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, há uma rápida menção de uma «Isis enfaxada como as mumias, desde os pés até ao pescoço, achada nesta freguesia de Pero-guarda,...» ⁽⁵⁰⁾.

⁽⁴⁶⁾ Também chamada Casarão da Torre, Torre dos Frades, etc. Acerca dela, v. João de Almeida, *Rot. dos Mon. Mil. Portugueses*, I, Lisboa, 1945, p. 230; J. Maria Garcia, *Beira Alta*, XXIV (1965), pp. 223-233; A. A. Dinis Cabral, *ibid.*, pp. 425-432; Adriano V. Rodrigues, *ibid.*, pp. 433-435; etc.

⁽⁴⁷⁾ Cf. João de Almeida, *ob. cit.*, I, p. 220. Parênteses nossos. Sobre a pretensa via militar romana secundária, v. também p. 214 e mapa entre as pp. 386 e 387.

[Os elementos desta nota e os das 44, 45 e 46 foram extraídos da fol. n.º 15-D da *Carta Arqueológica de Portugal*].

⁽⁴⁸⁾ Com a colaboração do Arq.º Manuel Gustavo Marques.

⁽⁴⁹⁾ Dela excluímos Alfundão e Beringel, cujas áreas têm também elevado interesse arqueológico.

⁽⁵⁰⁾ *Ap. O Arch. Port.*, I, p. 343. Leite de Vasconcelos já em 1895 considerava perdida esta «figura».

É possível que se tratasse realmente de uma estátua dessa divindade egípcia, pois sabemos que ela foi adorada no território que é hoje Portugal (cf. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, III, pp. 341-344, 352, etc.). Convém recordar que um dos monumentos que lhe respeita foi encontrado em Alcácer do Sal que não fica muito longe de Peroguarda.

Posteriormente, restos de diferentes épocas têm sido descobertos na Zambujeira, na Horta (ou Quinta) das Faias, na courela do Mocho, no Pinheiro e até mesmo dentro da própria aldeia ⁽⁵¹⁾.

2. Em 8 de Agosto de 1965, durante a última fase da prospecção da música popular alentejana, um de nós (M. G. M.) foi com Fernando Lopes Graça e Michel Giacometti fazer uma gravação a Peroguarda. Aí conheceu o Sr. José António Agostinho a quem pediu que lhe indicasse a já mencionada Horta das Faias que lhe interessava visitar por causa do achado de centenas de lucernas lusitano-romanas de que tinha conhecimento pelos artigos e menções do *Arquivo de Beja*.

Durante a visita soube que em Peroguarda estivera metida «no umbral duma porta uma pedra com letras», que fora levada depois para Ferreira do Alentejo ⁽⁵²⁾, e que na Horta de João da Silva Góis, contígua à aldeia, havia outra pedra parecida.

Dirigiu-se imeditamente a esta propriedade, cujo rendeiro, Sr. José Júlio Dias, lhe mostrou o monumento e o informou de que fora ele próprio quem o descobrira, quando lavrava determinada zona do Montinho, prédio rústico situado a 1 500 m ao norte de Peroguarda.

Verificando tratar-se de um epitáfio lusitano-romano, M. G. M., ao regressar a Lisboa, comunicou o achado aos outros dois signatários da presente nota, sugerindo uma visita em conjunto a Peroguarda para mais detido estudo do monumento.

3. Meses depois, precisamente em 5 de Junho de 1966, dirigimo-nos àquela aldeia, onde, na já mencionada Horta de João da Silva Góis, estudámos demoradamente o epitáfio.

⁽⁵¹⁾ Elementos extraídos da fol. n.º 43-A da *Carta Arqueológica de Portugal*.

⁽⁵²⁾ Deve ser o epitáfio que estava «na Rua da Esperança» e que Abel Viana publicou no *Arquivo de Beja*, II (1945), pp. 127 e 260-262, e a que se refere também na p. 122 [= 101 da separata] dos vols. XVIII-XIX (1961-1962) da mesma revista. Com o descobrimento da inscrição do Montinho é caso para perguntar se o referido epitáfio não provirá também da mesma herdade e não, como sugere A. Viana, dumas sepulturas aparecidas na citada rua da Esperança (cf. nota 75 da p. 261). Que pelo menos há certas afinidades entre os dois monumentos é inegável.

A seguir, na companhia do Sr. José Júlio Dias, deslocámo-nos ao Montinho para observar o local exacto onde ele fora descoberto.

Pudemos assim verificar que esse local se situa a uns 200 m a nordeste da malhada do «monte» e que à volta, numa área de muitas centenas de metros quadrados, o terreno está juncado de numerosos fragmentos de *imbrices* e de *lateres* ⁽⁵³⁾ (fot. 10).

Este facto e o achamento do epitáfio levam-nos a crer que existiu no Montinho um cemitério lusitano-romano, onde teriam sido sepultados pelo menos os servos de uma *villa* rústica ainda não localizada.

4. O epitáfio que vamos agora descrever é constituído por um pequeno paralelepípedo de xisto avermelhado, abundante na região.

Encontra-se hoje muito danificado mas só no topo e na base (v. fot. 11).

As suas dimensões actuais são: altura, 0,535 m; largura (ao centro), 0,225; e espessura 0,010/0,012.



Fig. 6

(53) Duns e doutros foram recolhidas algumas amostras.

O texto, exarado em capitais rústicas que pela sua imperfeição denunciam lapicida medíocre ⁽⁵⁴⁾, distribui-se presentemente por quatro linhas, mas é possível que tivesse mais uma ou mesmo mais duas antes da que é hoje a primeira.

Nesta notámos um traço vertical que parece um I mas que é provavelmente um T, cuja barra desapareceu por desgaste, um triângulo de distinção, um Q, outro triângulo de distinção e o que pode ser o resto de um L ou de um T, se tomarmos em consideração uma das formas que esta letra apresenta no fim do texto. Caracteres de 0,037/38 m de altura.

Na segunda linha, está SERV. Ao exarar o R o artífice falhou quando pretendia gravar o traço obliquo, abrindo dois sulcos, e parece ter lascado a pedra ao tentar fazer a curvatura superior. Altura das letras: 0,031/32 m.

A terceira regra contém a fórmula *H. S. E.*, cujos caracteres estão separados por triângulos exarados *ad hoc*. Depois do E parece-nos haver ainda outro triângulo. No aspecto paleográfico, o interesse da linha reside no H que bem mostra que o lapicida quis por vezes imitar, exagerando, os elegantes caracteres actuários das inscrições feitas por bons artífices. Altura das letras: 0,030/32 m.

A última linha apresenta o voto *S. T. T. L.*, com triângulos abertos também de qualquer maneira. É de notar o traço horizontal com que se remata em baixo a haste do primeiro T. Letras de 0,034/36 m de altura.

Como já implicitamente dissemos, julgamos que o monólito não tenha sofrido cortes longitudinais, o que equivale a dizer que as actuais linhas 2, 3 e 4 estão completas e que à primeira falta apenas o que na devida altura assinalámos ⁽⁵⁵⁾.

⁽⁵⁴⁾ Tal como a inscrição que estava na rua da Esperança e a que já nos referimos.

⁽⁵⁵⁾ A grande falha, que a face do monólito escolhida para a gravação do texto já tinha, pode explicar a deslocação deste para a direita.

Dentro desta hipótese, pensamos que o texto do Montinho se possa reconstituir, com certa probabilidade, do modo seguinte:

[D. M. S.] (??)
 [Nome do escravo]
 T▼Q▼[L (?)]
 SERV
 H▼S▼E▼(?)
 S▼T▼T▼L

ou seja: «[D(iis) M(anibus) s(acrum) [??]. Nome do escravo,] T. Q(uintii) [L(upi) (?)]⁽⁵⁶⁾ seru(us), h(ic) s(itus) e(st). S(it) t(ibi) t(erra) l(euis).»⁽⁵⁷⁾.

Faltaria hoje, portanto, talvez uma linha com a consagração aos Manes e, quase de certeza, uma outra com o nome do defunto. Na mesma hipótese, a actual primeira linha conteria os *tria nomina* do seu senhor reduzidos a siglas, o que é aceitável, pois, estando o escravo sepultado na própria *uilla*, como acima admitimos, quase se tornava desnecessário indicar a quem ele pertencera.

Com certa reserva, atribuímos o monumento ao século II da nossa era.

⁽⁵⁶⁾ Ou qualquer outro similar. Escolhemos o *gentilicium* *Quintius*, porque ele se encontra num texto de Aramenha (*CIL*, II, 159), e *Lupus* porque ocorre no sul da Lusitânia.

⁽⁵⁷⁾ É evidente que também se poderia tratar de uma escrava. Compare-se a nossa interpretação com o texto n.º 3231 do *CIL*, II, em que o nome do pai da morta é indicado apenas pelas siglas *C. L. S.*



Fot. 1



Fot. 2

Escala aprox. de 1:3,6



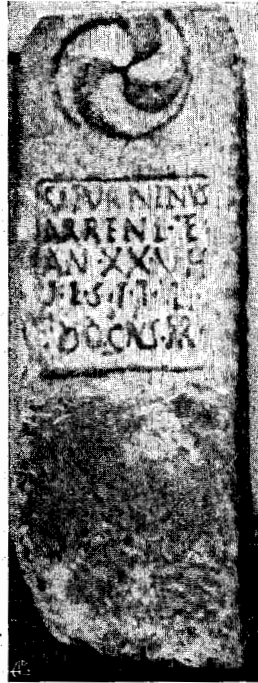
Fot. 3

Escala aprox. de 1:14



Fot. 4





Fot. 6

Escala aprox. de 1:16



Fot. 7

Escala aprox. de 1:8,5



Fot. 8

Escala aprox. de 1:9,5



Fot. 9



Fot. 10

Aspecto do Montinho. Nos últimos planos e no horizonte (tracejado e letras C), a área do provável cemitério. No plano médio, a casa e a malhada.



Fot. 11

Escala aprox. de 1:5,4